



CADERNO DE TEXTOS

**Candidatas/os a delegadas/os da ADUFSCar no
XIX Encontro Nacional do PROIFES Federação**

Caderno de textos de candidatas/os a delegadas/os da ADUFSCar no XIX Encontro Nacional do PROIFES Federação

Organização

Fernanda Castelano Rodrigues
Flávia Sanches de Carvalho
Vanessa Presse

ADUFSCar Sindicato - Diretoria biênio 2021-2023

Fernanda Castelano Rodrigues

Presidenta

Marcos de Oliveira Soares

Vice-presidente

André Farias de Moura

Primeiro secretário

Monica Jones

Segunda secretária

Paula Serrão

Primeira tesoureira

Fernando Periotto

Segundo tesoureiro

Luiz Bezerra Neto

Representante do campus São Carlos

Nataly Carvalho Lopes

Representante do campus Araras

Lúcia Lombardi

Representante do campus

Fábio Grigoletto

Representante do campus Lagoa do Sino

Giselle Dupas

Representante de aposentadas/os

João Alberto Camarotto

Representante de aposentadas/os

SUMÁRIO

Apresentação	04
Eixo I: PNE - enfrentamento da questão pública x privado: mercantilização e disputa ideológica	
<i>Fernanda Castelano Rodrigues</i>	
A Universidade como direito: Desafios para uma nova política nacional de Educação	05
<i>Douglas Verrangia</i>	
Diversidade nos campi como base para a defesa da Universidade Pública, Laica, Gratuita e de Qualidade	08
Eixo II: Desafios do movimento sindical frente ao novo governo	
<i>Daniel Vendruscolo</i>	
Sindicato junto à base	11
<i>Joelson Gonçalves de Carvalho</i>	
Sindicato é para lutar: O papel histórico do Movimento Sindical e as complexidades do atual momento político brasileiro	13
<i>Luiz Bezerra Neto</i>	
Os desafios do PROIFES frente ao Governo Lula	15
Eixo III: Reestruturação sindical e o futuro do PR-Federação	
<i>Marcos de Oliveira Soares</i>	
O futuro do PROIFES passa por uma reforma no seu Estatuto	17
Eixo IV – “Carreira, salários, previdência, condições de trabalho e democracia interna das IFs”	
<i>Flavia Bezerra de Menezes Hirata Vale</i>	
Condições de trabalho nas IFs, as questões de gênero e o papel do PROIFES: Nem uma a menos!	20

APRESENTAÇÃO

Como forma de politizar o debate em torno dos Eixos estabelecidos pelo PROIFES Federação para o XIX Encontro Nacional do PROIFES Federação, que acontecerá em Salvador - Bahia, de 19 a 21 de julho de 2023, a Diretoria da ADUFSCar – biênio 2021-2023 propôs que, para iniciar o processo de sua candidatura, cada candidata/o a delegada/o do nosso sindicato enviasse um texto no qual apresentasse alguma discussão sobre esses eixos, que são os seguintes:

Eixo 1: PNE – enfrentamento da questão pública x privado: mercantilização e disputa ideológica

Eixo 2: Desafios do Movimento sindical frente ao novo governo

Eixo 3: Reestruturação sindical e o futuro do PR-Federação

Eixo 4: Carreira, salários, previdência, condições de trabalho e democracia interna das IFs

Foram recebidos, dentro do prazo previsto nas Normas do processo de eleição de delegadas/os da ADUFSCar para o XIX Encontro Nacional do PROIFES Federação, sete candidaturas, responsáveis pela apresentação de sete textos, compilados neste Caderno.

O processo de votação eletrônica ocorrerá das 10 horas do dia 18 de maio até as 18 horas do dia 19 de maio de 2023.

Contamos com a participação de todas e todos nessas atividades. Juntas e juntos vamos construir uma ADUFSCar mais forte e democrática!

As organizadoras.

Eixo I: PNE - enfrentamento da questão pública x privado: mercantilização e disputa ideológica

A UNIVERSIDADE COMO DIREITO: DESAFIOS PARA UMA NOVA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Fernanda Castelano Rodrigues
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / ADUFSCar Sindicato

Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, continha vinte “metas” que pretendiam dar as diretrizes para uma política de educação nacional para os dez anos subsequentes. Tendo como objetivo discutir aspectos que, acredito, devam integrar uma nova política para a educação nacional a ser construída para o próximo período, este texto e as propostas que nele serão apresentadas abordarão algumas das questões presentes nas metas que para o Ensino Superior (ES) do PNE: Metas 12 a 14, sobre expansão e a democratização do acesso; Metas 15 e 16, sobre a política nacional de formação de professores de educação básica em nível de graduação e pós-graduação; Meta 19 sobre a gestão democrática da educação; e, por fim, Meta 20, acerca do investimento público em educação pública. Extrapolando o que as atuais metas apontam, defenderei a necessidade de reivindicarmos a inclusão da educação superior como direito a ser materializado no ordenamento jurídico brasileiro e também farei referência a alguns dos principais eixos de luta para o próximo ano, pensando no contexto do ES no Brasil contemporâneo.

Direito a educação, Constituição de 1988 e educação superior

A Constituição Federal de 1988 reconhece, em seu Art. 205, que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988). No entanto, esse “direito” e esse “dever” são determinados no Art. 208 no que diz respeito aos níveis de ensino, que os restringe à “**educação básica obrigatória e gratuita** dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (id., grifos meus). Esse artigo também inclui incisos com especificações sobre a garantia da educação a pessoas com deficiências e crianças até 5 anos e sobre o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, **segundo a capacidade de cada um**” (id., grifos meus). O parágrafo 1º desse artigo afirma que “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”, enquanto que o parágrafo 2º do Art. 208 explica que “O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente” (id.). A Constituição brasileira, portanto, considera apenas a “educação básica” como “obrigatória e gratuita” e, conseqüentemente, o “dever do Estado” se limita à implantação de políticas para a garantia de oferta em instituições públicas e gratuitas apenas aos níveis do Ensino Fundamental e Médio.

Pode-se dizer que é recente a reivindicação da inclusão da educação superior como direito. Foi na Declaração final da Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e do Caribe (CRES) de 2008, realizada na Colômbia, que essa noção se materializou: “*La Educación Superior es un bien público social, un derecho humano y universal y un deber del Estado*” (UNESCO, 2008). A partir desse momento é que “educação superior como direito” passa a ser uma bandeira de luta para movimentos sociais, sindicais e estudantis que vem ganhando cada vez mais força na região latino-americana e caribenha. Tanto é assim que, recentemente, em abril de 2023, o PROFES Federação participou com expressiva delegação do *Segundo Congreso Internacional “La Universidad como Derecho”*, realizado pela Federación Nacional de Docentes Universitarios (CONADU) na Universidade de La Plata, Argentina; também em novembro de 2022, o XVII Seminário Internacional do Comitê Acadêmico Processos Cooperativos e Associativos (PROCOAS) da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM) contou com uma mesa plenária sobre “Educação Superior como Direito Humano e Bem Público

Social”.

Este texto propõe que o PROIFES Federação realize ações para se integrar a esse movimento de luta pela “educação superior como direito”, que tem se dado no contexto sócio-histórico, político e econômico da América Latina e do Caribe contemporâneos.

A seguir, tratarei de modo mais esquemático alguns outros tópicos que me parecem fundamentais para pensar propostas de ação considerando o funcionamento do Ensino Superior no Brasil na atualidade, sempre da perspectiva da “educação superior como direito”.

Em defesa da autonomia universitária e do direito da comunidade universitária de escolher seus dirigentes

Durante o governo Bolsonaro, foram nomeados 25 reitores (de um total de 68 universidades federais) que não eram os primeiros nas listas tríplexes encaminhadas à presidência da República. É preciso defender o direito das comunidades das IFES de escolha de seus dirigentes, lutando pela extinção da lista tríplex. Ademais, também é necessário discutir a composição dos conselhos universitários que, em respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), têm 70% de docentes e 30% das demais categorias (servidores técnicos-administrativos e discentes de graduação e de pós-graduação).

Contra a mercantilização e a privatização da educação e em defesa do financiamento público da educação pública

O Censo da Educação Superior de 2021 do INEP, publicado em 2022, mostrou que 77% do total de matrículas se encontravam nas instituições de ensino superior (IES) privadas: de um total de 8.987.120, o ensino privado concentra o equivalente a 6.907.893 matrícula, 96,4% da oferta de matrícula para ingressantes ao ensino superior daquele ano se deu na rede privada; ademais, as instituições privadas representam um total de 87,8% das IES do país (INEP, 2022). Se bem essa é uma tendência global, seu funcionamento tem particularidades no espaço latino-americano e caribenho, como têm mostrado as pesquisas realizadas pela Internacional da Educação América Latina (IEAL). É preciso que o movimento sindical de trabalhadoras/es da Educação no Brasil se una em torno da defesa do incremento do financiamento público para a educação pública e contra a mercantilização e a privatização da educação em todos os seus níveis. A defesa da educação superior como direito contribuirá muito com essa luta.

Por uma política de formação de professores da educação básica em nível superior com qualidade

Do total de matrículas no ensino superior em 2021, 58,6% correspondiam a cursos presenciais e 41,4% a cursos oferecidos na modalidade a distância, segundo o Censo da Educação Superior de 2021 (INEP, 2022, op. cit.). Ademais, pela primeira vez naquele ano, as matrículas de estudantes ingressantes em cursos superiores a distância superaram as dos cursos presenciais, com um aumento de 24% em relação a 2020. No que diz respeito à formação de professores, 77% das matrículas de estudantes ingressantes nesses cursos se deu na modalidade a distância. A luta por uma política nacional de formação de professores de educação básica de qualidade em nível de graduação e pós-graduação deve se intensificar e é preciso analisar esse aumento das matrículas em cursos à distância e criar diretrizes e mecanismos de controle e fiscalização desses cursos.

Democratização de acesso, políticas de permanência e igualdade de gênero no ensino superior

O Censo da Educação Superior de 2021 demonstrou que 48% dos estudantes ingressaram nas IES naquele ano por meio dos programas de ações afirmativas; mostrou também que 54,6% das pessoas matriculadas eram mulheres (ainda com muita desigualdade na distribuição por gênero entre as diferentes áreas do conhecimento, por exemplo, 78% das estudantes em cursos da área de Educação são mulheres, enquanto que nas áreas de tecnologias e computação são apenas 15%) e que 51,2% eram pessoas negras (INEP, 2022, op. cit.). Além dos dados desse Censo, também podemos acrescentar o aumento das matrículas de pessoas de famílias com baixa renda: em 2018, pesquisa realizada pela Andifes para traçar o perfil

socioeconômico dos discentes constatou que 70,2% das/os estudantes eram de famílias com renda de até 1,5 salário mínimo per capita (ANDIFES, 2019). É preciso intensificar a luta pela pelo aumento dos recursos públicos para as políticas de democratização de acesso ao ensino superior público e gratuito e para a permanência estudantil. Ademais, também é fundamental lutar por políticas de paridade de gênero nas IFES, em particular nas posições de gestão e nos órgãos colegiados, assim como nos sindicatos, federações e centrais.

Considerações finais

Não restam dúvidas de que ainda há muito sobre o que avançar para que, de fato, o Ensino Superior no Brasil seja um direito reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro. No entanto, é a partir da luta por esse reconhecimento que podemos unir forças para reivindicar a garantia de maiores investimentos públicos do Estado na educação superior pública. Temos que insistir na luta por uma educação superior pública, gratuita, laica, popular, diversa, de qualidade socialmente referenciada, solidária, feminista, antirracista, latino americanista e transformadora. Somente assim as universidades e institutos federais poderão “se pintar de povo” e contribuir para fortalecer os princípios democráticos e republicanos no Brasil.

Propostas

1. Defesa, junto ao Fórum Nacional de Educação (FNE) e ao Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) da reivindicação da “universidade como direito” e realização de evento nacional para discussão dessa noção e formas de luta para reivindicá-la no Brasil;
2. Defesa da autonomia das universidades e institutos federais para a escolha de seus dirigentes, com o engajamento na luta pela extinção da lista triplíce e pelo respeito à decisão das comunidades universitárias;
3. Defesa do aumento do investimento público na educação pública, com o engajamento do PROIFES e dos sindicatos federados na campanha da IE “Pela pública”, com divulgação de materiais e realização de eventos;
4. Defesa e engajamento na luta pela expansão das políticas de democratização do acesso e permanência estudantil nas IFES, em parceria com entidades do movimento estudantil (UNE, UBES, ANPG e outras);
5. Construção de uma proposta de política de igualdade de gênero para as instâncias deliberativas e consultivas do PROIFES-Federação (Diretoria e Conselhos Deliberativo e Fiscal) e recomendação para sua adoção pelos sindicatos filiados.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. **V Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Disponível em <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>, consulta em 10 de maio de 2023.
- BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, consulta em 10 de maio de 2023.
- INEP (2022). Censo da Educação Superior de 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>, consulta em 10 de maio de 2023.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014**. Disponível em <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>, consulta em 10 de maio de 2023.
- UNESCO (2008). **Declaración y plan de acción de la Conferencia Regional de Educación Superior en América Latina y el Caribe**. Disponível em <https://www.uv.mx/cuo/files/2014/06/CRES-2008.pdf>, consulta em 10 de maio de 2023.

Eixo I: “PNE - enfrentamento da questão pública x privado: mercantilização e disputa ideológica”

DIVERSIDADE NOS CAMPI COMO BASE PARA A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, LAICA, GRATUITA E DE QUALIDADE

Douglas Verrangia
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / ADUFSCar Sindicato

Vivemos, nas Universidades e escolas públicas resistindo em sociedades capitalistas, uma ameaça constante de privatização e de ações no sentido da mercantilização da educação. **Um processo de “redução do ensino a um comércio, que não leva em conta a universalização, o desenvolvimento das pessoas e o fim das desigualdades”¹. Essa ideia é amplamente discutida na literatura crítica em educação produzida em nosso país, como no livro “Escola e democracia”, do professor Demerval Saviani.**

De forma bastante simplificada, essa ameaça deriva, em grande parte, das diferenças ideológicas entre pensamentos políticos de cunho conversador e progressista, e das diferentes concepções sobre esta questão dentro deles. Nesse sentido, uma visão conservadora, direitista, predominante em países como os EUA e alguns países europeus (Hungria, por exemplo), considera a educação como produto, estudantes como consumidores, e trabalhadores como serviçais dos interesses de grupos dominantes, especuladores do mercado financeiro, mega empresas e corporações transnacionais. Vimos de forma assombrosa em nosso país, o crescimento e fortalecimento de um movimento de extrema direita que, também, cresce no mundo inteiro. Um dos indícios desse crescimento se manifesta nos resultados de eleições e plebiscitos realizados nos últimos 10 anos pelo mundo afora (Brexit no reúnio unido em 2016, eleição de Donald Trump como presidente dos EUA em 2016, eleição de Jair Bolsonaro em 2018, resultados do partido de extrema-direita Fratelli d'Italia em 2022, entre, infelizmente, muitos outros).

Esse crescimento coincide com a expansão de um neoliberalismo extremo (redução do estado, superexploração do trabalho, controle do comportamento sexual, doutrinação religiosa, etc.) e tem fomentado uma noção de *polarização* nesses países. Foi evidente, no Brasil, a ideia de uma “polarização” social entre Lula e Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, sendo que os resultados extremamente apertados (50,90% vs 49,10%) reforçam essa concepção.

Não se trata aqui de estender uma análise política, mas este breve contexto é importante para compreender as propostas aqui descritas. O que interessa mais destacar é que, essa noção de polarização acaba mascarando uma realidade social mais complexa e que tem reflexos diretos nas Universidades públicas e na produção de C&T. Se analisarmos a distribuição dos votos para presidente em 2022, percebe-se que há três principais componentes em que essa “polarização” se manifesta: gênero; raça e religiosidade. Isto é, há diferenças claras nos votos entre homens e mulheres¹; brancos, negros e indígenas¹; entre cristãos católicos e protestantes (pentecostais e neopentecostais)¹. Trata-se, então, de destacar o papel central da chamada ‘Diversidade’, que permeia de forma drástica diferenças de cunho político-ideológico.

Tornando uma longa questão curta, sabe-se que as propostas de Lula e Bolsonaro se radicalizam concretamente em vários pontos, um deles, central para as Universidades, trata-se do financiamento público da Educação Superior e do campo da C&T. Desta forma, é fundamental no enfrentamento deste movimento pró-mercantilização da educação (fundações na educação básica, por exemplo) e privatização da Universidade Pública, que nós, docentes das IF's organizados em sindicato, foquemos no aprofundamento de uma relação mais recíproca com a sociedade brasileira, a fim de estabelecer vínculos, ações dialógicas de educação política e obtenção de apoio intenso para a manutenção e ampliação do sistema universitário público em nosso país, para os anos que virão, isto é, num escopo de médio e longo prazo.

Apresento, assim, um conjunto de propostas no âmbito local (que nominarei ‘comunidade de acolhimento dos campi’), regional e nacional, com foco em: enfrentar essa noção de

“polarização social”; aumentar interação educativa (entendendo educação como diálogo, mão dupla) com a sociedade mais ampla, partindo dos campi; construir projetos de diálogo, aprendizagem e convivialidade na Universidade e com a comunidade acolhedora. Essas propostas têm a Diversidade como eixo articulador das ações no sentido de uma defesa intransigente da manutenção e ampliação das IF's. Particularmente, contra uma visão privatista e de mercantilização da educação, de enfrentamento de disputas ideológicas, e de enriquecimento da democracia interna nas Universidades.

Seguem as propostas:

1) Desenvolver e apoiar ações no sentido da educação para relações de gênero justas, no sentido da equidade de gênero, nas IF's e delas com a comunidade acolhedora, assim como ampliar esta discussão dentro dos sindicatos. Trata-se aqui de ações que considerem todas as formas de manifestação de gênero, envolvendo identidades cis e trans, binárias e não binárias, considerando perspectivas feministas (e a participação de mulheres, homens e todas as pessoas que desejem) e também perspectivas sobre masculinidades (envolvendo homens, mulheres e todas as pessoas que desejem)¹.

2) Desenvolver e apoiar ações no sentido da educação para relações étnico-raciais mais justas, no sentido da equidade racial, assim como ampliar esta discussão dentro dos sindicatos. Trata-se aqui de propor e ampliar ações de combate ao racismo (interpessoal, institucional e estrutural) nas IF's, assim como de fomentar interação entre sindicatos e entidades do movimento social negro, secretarias de educação e movimento cultural (batalhas de rima, MC's, capoeira, entre outros).

3) Desenvolver e apoiar ações de diálogo com instituições religiosas nas comunidades acolhedoras dos campi, no sentido da superação da visão de que a formação Universitária pública é, de alguma forma, contrária a algum tipo de espiritualidade ou religiosidade orientada pelo desenvolvimento espiritual das pessoas, evidenciando o caráter laico das IF's e sua orientação republicana e de defesa do direito constitucional à religiosidade.

Tipos de ações:

- Criação de GT's nos sindicatos que se dediquem ao tema da Diversidade na perspectiva aqui proposta.
- Diálogo entre sindicatos e com coletivos de estudantes, sindicatos de professores da educação básica, coletivos LGBTQIA+, grupos de trabalhadores autônomos, torcidas de futebol e outros esportes, grupos culturais (como movimentos de MC's, duplas sertanejas, secretarias de cultura, grupos de teatro, entre outros): para ações conjuntas e para entender estratégias de aproximação, apoio e colaboração.
- Diálogo com, e apoio a, grupos e coletivos que discutem relações étnico-raciais - na Universidade (grupos de estudos, coletivos de estudantes, de TA's) e nas comunidades (grupos dos Movimento Negros; secretarias municipais de assuntos da população negra; centros de referência da população negra, como museus, culturais) – a fim de construção de ações conjuntas, assim como no apoio a ações realizadas por estes grupos.
- Aproximação a grupos e lideranças religiosas da comunidade acolhedora (igrejas católicas e evangélicas, centros de umbanda e candomblé, templos, etc.) – a fim de construção de ações conjuntas.
- Rodas de conversa, nas Universidades e em locais estratégicos das comunidades acolhedoras, sobre temas na interface entre relações de gênero e: democracia; produção de conhecimento científico; formação acadêmica e profissional; combate a discriminações (machismo, transfobia, misoginia, entre outras) no contexto universitário.
- Rodas de conversa, nas Universidades e em locais estratégicos das comunidades acolhedoras, sobre temas na interface entre relações étnico-raciais e: democracia e justiça social; produção de conhecimento científico; formação acadêmica e profissional; ingresso e permanência na Universidade; composição de quadro de servidores das IF's.
- Seminários abertos na Universidade envolvendo temáticas como: religiosidade e produção científica; tolerância religiosa e democracia; religião e formação profissional.
- Atividades culturais que envolvam (discutam, apresentem, critiquem, transgridam) a diversidade

de gênero e étnico-racial, numa perspectiva democrática e aberta ao debate com todas as pessoas. Peças de teatro, atividades musicais, rodas de capoeira, sessões de cinema, exposições e mostras, entre outras.

- Seminários para diálogo e trocas de ideias entre trabalhos acadêmicos produzidos nas IF's e grupos organizados da comunidade acolhedora, envolvendo a Diversidade e religiosidade na perspectiva apresentada antes.

- Apoio na publicação de cartilhas e textos informativos sobre diversidade na Universidade (estudos, ações de ingresso e permanência existentes, combate a discriminações, formas de denúncia).

- Engajamento na cobrança de cumprimento da Lei de cotas nos concursos e seleções das IF's; de apoio aos estudantes ingressos por ações afirmativas; de ampliação das ações afirmativas em todos os setores das Instituições Universitárias.

- Apoio no levantamento de dados sobre religiosidade dos estudantes e relações com negacionismo científico, democracia e função social da universidade.

¹ <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7623-a-mercantilizacao-da-educacao-e-o-risco-da-escola-mcdonalds-e-dos-alunos-hamburgueres>.

¹ <https://veja.abril.com.br/politica/pesquisa-inedita-mostra-como-o-voto-das-mulheres-pode-definir-a-eleicao/>

¹ <https://observatoriodaseleicoes.com.br/category/genero-e-raca/>

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/religiao-explica-mais-de-13-dos-votos-em-lula-e-bolsonaro.shtml>

¹ Tendo em vista a importante movimentação social de mulheres e pessoas LGBTQIA+, os dados mostram que urgente envolver homens cis e heterossexuais em ações de diálogo (Memoh, Portal do Homem, Silêncio dos Homens) sobre masculinidades. O crescimento de movimentos reacionários como “Red Pill” reforçam essa necessidade, assim como os dados das últimas eleições. Concepções reacionárias e reativas de gênero são um entrave para que muitos homens, principalmente os pobres, entrem em situação de diálogo verdadeiro sobre democracia, equidade, educação e sexualidade, justiça social, direitos humanos e outros temas centrais para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, assim como para a defesa de uma Universidade pública, gratuita e para todas as pessoas.

Eixo II: Desafios do movimento sindical frente ao novo governo

SINDICATO JUNTO À BASE

Daniel Vandrúscolo
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / ADUFSCar Sindicato

A dinâmica política do Brasil nos últimos anos nos colocou em uma situação bastante dramática. Como ativistas da federação de sindicatos de docentes de IFES, nos vemos em uma situação crítica. Quase a totalidade de nossos quadros participou ativamente da campanha política que elegeu o Presidente Lula, comemoramos a vitória do que chamamos campos progressistas e a derrota do atraso que o governo Bolsonaro representa.

Mas agora estamos em uma situação delicada. Como entidades (sindicatos e federação) podemos ver o governo Lula como um aliado? Como um inimigo (o patrão)? Devemos nos preocupar com a estabilidade desse novo governo, temendo o retorno do absurdo anterior?

Obviamente o papel político de nossas entidades, na busca por melhores condições de trabalho e de remuneração de nossa categoria, não pode ser resumido a respostas simplistas a algumas poucas questões retóricas.

As demandas de ações de nossos sindicatos e do PROIFES se revelam cada vez mais complexas e multifacetadas, não nos basta representar os docentes das IFES nas mesas de negociação. O estatuto do PROIFES não poderia ser mais claro:

“Art. 4º – O PROIFES-Federação, tem por finalidade e objetivos:

I – defender os interesses acadêmicos, políticos, econômicos, culturais e sociais dos professores e professoras ativos e aposentados das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), representados através dos sindicatos federados. (...)”

A defesa dessa ampla gama de interesses é tarefa difícil, especialmente neste momento histórico.

Não podemos cair na tentação de um sindicalismo de resultados fáceis e de negociações de cúpula, abandonando nossa base em favor de um ambiente favorável à nossa atuação junto a um governo que nos é mais acessível.

Não podemos cair na tentação de um sindicalismo meramente ideológico, de confronto, marcando posições em cada tema debatido, mas incapaz de dar respostas às necessidades cotidianas de nossa base, abandonando-a em favor de um ambiente de polarização política.

Nosso desafio é atuar de forma coerente com os desejos de nossa base, mantendo a luta pelos valores democráticos em sua forma mais ampla, sem abrir mão de nossa presença junto às e aos docentes das IFES.

Esperamos em breve nos sentarmos à mesa de negociação com o governo para tratar de questões fundamentais para nossa categoria, o que nos obriga a estar, constantemente, em contato com nossas e nossos colegas, discutindo, debatendo e construindo propostas e contra-propostas.

Nossa capacidade de negociar em nome das e dos docentes depende de nosso reconhecimento pela categoria de nosso papel de representantes e de lideranças. Mais uma vez se coloca a necessidade absoluta de estarmos presente no cotidiano de nossas IFES, construindo respostas a cada uma das questões que afligem a vida profissional de nossas e de nossos colegas.

Mas não podemos abrir mão de nosso papel de lideranças junto à nossa categoria. Devemos ser capazes de apontar questões, problemas, temas e soluções que nos coloquem como aglutinadores. Dentre esses temas, a luta pelos valores democráticos é parte fundamental de nossa batalha cotidiana. No cerne dos valores democráticos está o respeito às minorias. Uma sociedade verdadeiramente democrática reconhece a importância de garantir os direitos e a dignidade de todos os seus membros, incluindo aqueles que pertencem a grupos minoritários. Isso significa proteger sua liberdade de expressão, suas crenças e suas identidades, bem como lutar contra qualquer forma de discriminação, opressão ou marginalização que possam enfrentar. Nos cabe estar à frente dessa luta sempre que possível.

Em resumo, frente ao novo governo e frente aos desafios que se colocam nos próximos anos, nos cabe, antes de mais nada, garantir nossa capacidade de representar, estando junto a nossa base em seu cotidiano, reconhecendo as questões centrais e apresentando temas necessários ao debate em cada instituição. Rejeitando a sedução dos acordos de cúpula, sem ceder à tentação do embate infrutífero.

Nas propostas abaixo, trazemos algumas das questões que entendemos serem centrais para nossa categoria e que devem estar presentes nos debates e nas propostas formuladas pelo PROIFES:

Propostas

1. Que o PROIFES defenda o aumento dos recursos públicos destinados à educação pública como um todo.
2. Que o PROIFES defenda de forma explícita a autonomia das universidades e institutos federais quanto à escolha de seus dirigentes. Em particular defendendo o fim da lista tríplice na indicação de reitores de universidades.
3. Que o PROIFES incorpore em suas instâncias políticas efetivas de estímulo a participação de mulheres, negros e membros das comunidades LGBTQIAP+.
4. Que o PROIFES defenda a estruturação de cada universidade de forma democrática e autônoma, defendendo o fim da exigência de 70% de docentes nos órgãos colegiados.
5. Que durante eventual processo de negociação com o governo seja criado um espaço específico de diálogo do PROIFES com os sindicatos, que privilegie a participação da categoria.

Eixo II: “Desafios do Movimento sindical frente ao novo governo”

SINDICATO É PARA LUTAR: O PAPEL HISTÓRICO DO MOVIMENTO SINDICAL E AS COMPLEXIDADES DO ATUAL MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Joelson Gonçalves de Carvalho
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / ADUFSCar Sindicato

Onde existem relações de classe, e a conseqüente exploração da força de trabalho, devem existir mobilizações organizadas em busca de avanços de direitos: é neste contexto que devemos pensar as organizações sindicais. A importância histórica e o papel político dos sindicatos são tanto maiores quanto maior for sua democracia interna e sua independência e autonomia em relação a grupos econômicos, entidades de classes antagônicas e aos governos de ocasião.

Em tempos nos quais, não raras as vezes, o esvaziamento do debate político no ambiente interno aos sindicatos tem gerado questionamentos sobre se estas entidades deveriam agir politicamente, em uma perspectiva classista ou apenas como uma associação de amigos em busca de benefícios ou clube de vantagens, é necessário reafirmar o básico: o movimento sindical tem um papel histórico fundamental na luta pelos direitos e interesses dos trabalhadores; é ele que nos dois últimos séculos protagonizou importantes conquistas, como a redução da jornada de trabalho, o reconhecimento do direito de greve, a criação de leis trabalhistas e a regulamentação de condições de trabalho.

Independência e autonomia são princípios fundamentais e ferramentas sem as quais não é possível pensar no êxito da luta sindical por melhores condições de trabalho, renda e vida. Os sindicatos, como organizações da classe trabalhadora, em geral e, no que nos interessa neste texto, da categoria docente, em especial, são importantes na medida em que têm clareza da defesa dos interesses de sua base.

Pensando nas Instituições Federais de Ensino (IFEs), ganham destaque a necessária autonomia financeira e política dos sindicatos, centrais sindicais e federações que se ocupam da representação dos seus servidores. A autonomia financeira é fundamental para que os sindicatos possam atuar de maneira independente e efetiva na defesa dos interesses dos trabalhadores que representam. Para o caso do Proifes, para além da necessária autonomia financeira da entidade, é fundamental que ela também seja vigilante no que se refere aos ataques recorrentes à autonomia das próprias IFEs, dado que é notoriamente conhecida a permanente tentativa de dar, em especial às Universidades Federais, a responsabilidade de aumento de receitas para custeio e investimento, sob a falso pretexto de “autonomia financeira”, como aconteceu com o *Future-se*.

Desnecessário se alongar na defesa da autonomia política de entidades sindicais. Para o caso brasileiro, o passado varguista demonstra o quão perverso pode ser um sindicalismo atrelado ao governo. Sem autonomia política, entidades sindicais são impedidas de agir sem interferências externas que possam comprometer sua atuação em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representam. Afirmar isso não é algo trivial como pode parecer. A análise da política no passado recente do Brasil demonstra o quão complexo se apresenta o atual quadro em que se inicia o terceiro mandato do governo Lula.

Durante os últimos governos petistas, o presidencialismo de coalizão, largamente utilizado, chegou ao limite, esgarçando-se nas vésperas do início do segundo mandato de Dilma Rousseff. É de amplo conhecimento que, após o impeachment de Dilma, a agenda ultraliberal de Michel Temer ganhou espaço. A partir de uma convergência de interesses das elites econômicas e políticas, foi possível implementar um conjunto de medidas antipopulares como a reforma trabalhista, a reforma da previdência e o congelamento dos gastos públicos. Essas medidas foram amplamente criticadas pelos movimentos sociais e sindicais, que buscaram demonstrar o quão negativas elas eram para os direitos dos trabalhadores e as políticas públicas voltadas para os mais pobres.

De fato, essas políticas foram extremamente draconianas aos interesses da classe

trabalhadora em termos gerais. Os setores de saúde e educação foram duramente penalizados com a redução drástica de investimentos. O governo Bolsonaro, para os fins deste texto, dispensa maiores comentários: além de flertar com o fascismo e instabilizar a democracia e a república, operou de maneira consciente e premeditada, por meio de uma lógica fratricida e lesa-pátria. Não por acaso, a campanha exitosa de Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu agregar tantos apoios, vindos de amplos setores da sociedade, incluindo apoios explícitos de movimentos sociais e entidades sindicais.

Diante desse contexto, torna-se imperativo destacar que em uma sociedade bastante dualizada, a conjuntura econômica e o cenário político tendem a trazer um conjunto de dificuldades novas e mais complexas para o governo, indicando inclusive – como se depreende dos primeiros meses de gestão – a manutenção de políticas neoliberais e o atendimento de demandas mais ao centro e à direita do espectro político nacional.

Assim, contradições serão inevitáveis. Apenas como ilustração, cabe lembrar que, em 2017, em meio ao recrudescimento ultraliberal do governo Temer, o então Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores, Andres Sanches, propôs, por meio da PEC 366/2017, a cobrança de mensalidades de alunos de universidades públicas. É fato que, por pressão de colegas do mesmo partido, Sanches retirou a proposta. Todavia, no ano seguinte, o então governador da Bahia pelo PT, e atual ministro da Casa Civil, Rui Costa, veio a público defender novas formas de financiamento do ensino superior, indicando que mensalidades em universidades públicas não deveriam ser tratadas como tabu.

O momento atual é de vigilância. Cabe às entidades que se colocaram no papel de representação da classe trabalhadora atuarem de modo a avançar com negociações que ampliem e consolidem direitos, mas também cabe a elas o papel de resistência e enfrentamento em relação a propostas que venham em sentido contrário. Cabe também deixar claro que, mesmo sendo um governo no qual frações importantes da classe trabalhadora – incluindo a categoria docente – depositaram esperança, não haverá melhoras substanciais sem que a agenda pública seja disputada pelas diversas representações da classe trabalhadora.

Caberá ao Proifes, e seus sindicatos federados, estar nas diversas arenas da luta sindical, dentro e fora do governo, mas nunca como governo, para o bem de seus representados. Assim, buscando criar as condições favorecedoras de uma ação independente e autônoma é que as propostas abaixo foram apresentadas:

Proposta:

Identificar, denunciar e combater toda e qualquer proposta que tenha potencial de ferir a autonomia universitária, notadamente, aquelas disfarçadas de ampliação da autonomia das IFES para a obtenção de recursos próprios, como foi, por exemplo, o Future-se.

Intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, com uma proposta de recomposição salarial que abarque docentes ativos e aposentados. Caberá ao Proifes não arrefecer a luta por melhores salários da categoria docente, mesmo que o governo apresente dificuldades orçamentárias.

Intensificar a luta por mais vagas de servidores docentes e técnico administrativos para recomposição de pessoal, visando reduzir a intensificação e precarização do trabalho dos servidores públicos das IFES.

Reposicionar a federação e os sindicatos federados para cumprirem um papel maior que organizações de luta por demandas imediatas dos trabalhadores. Eles precisam se converter em espaços de formação política e cultural para a categoria docente e para a comunidade universitária, contribuindo assim para que possamos pensar em uma nova sociedade.

Fortalecimento da autonomia sindical em termos gerais, com a federação e os sindicatos federados apoiando e promovendo a solidariedade entre os trabalhadores das universidades em que estejam presentes, independentemente de suas diferenças de idade, função, gênero, raça, etnia, etc.

Eixo II: Desafios do Movimento sindical frente ao novo governo

OS DESAFIOS DO PROIFES FRENTE AO GOVERNO LULA

Luiz Bezerra Neto

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) / ADUFSCar Sindicato

Não é novidade que com o aprofundamento das idéias neoliberais, o sindicalismo entrou em crise nos países desenvolvidos, já na década de 1980. Paradoxalmente, no Brasil, o sindicalismo cresceu com a criação da CUT e de outras centrais sindicais. A partir dos anos 1990, com o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, o movimento sindical teve suas crises aprofundadas, inclusive com o investimento da burguesia e dos governos de plantão na criação de centrais, como foi o caso da Força Sindical, que teve o apoio do governo Collor na sua fundação e organização.

A partir daquele momento, com a queda do muro de Berlim e o discurso de um mundo onde as lutas de classes estariam superadas, inclusive com o discurso sobre o fim da História, o movimento sindical inicia um processo de crise, onde os direitos trabalhistas começam a ser questionados e dilapidados, primeiro nos países centrais, que tinham melhor organização da classe trabalhadora, sobretudo aqueles que avançaram no sistema de welfare state, depois na periferia do capital.

O discurso de que já não havia mais direita e esquerda, ou que não havia mais lutas de classes na sociedade soou como uma “bomba” sobre a cabeça dos trabalhadores e levou a um processo de destruição de direitos, implementados por uma burguesia com compulsão para a concentração de rendas.

O movimento sindical ainda tentou resistir onde tinha força e organização, mas o poder econômico seguia sua avalanche destruidora. Greves e manifestações de trabalhadores aconteceram mundo afora, mas as políticas de cunho liberal se impuseram e, o neoliberalismo se mostrou atuante, tanto na economia como na política.

Não demorou muito para que o cerceamento ao movimento operário se fizesse presente e o declínio do movimento sindical se tornasse cada dia mais evidente nos países centrais e posteriormente na periferia do capital.

Na década de 1990 as lutas sindicais e populares se intensificaram no Brasil, principalmente durante o governo FHC, vindo a sofrer um certo efluxo durante os governos Lula/Dilma, dado que este governo passou a atender partes das demandas dos trabalhadores, sobretudo com o aumento do salário mínimo em termos reais, a melhoria dos salários dos funcionários públicos e a criação de programas sociais que ajudaram a reduzir os índices de miséria na sociedade brasileira.

Ao tomar posse em 2003, o governo liderado por Luís Inácio Lula da Silva passou a atender parte das reivindicações dos servidores públicos, com recuperação salarial e organização de suas carreiras. Os sindicatos destes servidores, historicamente filiados à CUT, central que passou a apoiar o governo, fez com que as lutas destes profissionais reduzissem. As manifestações de rua e o número de greves diminuiu bastante.

O aumento do salário mínimo e a melhoria das condições de trabalho e salário no setor público, levou conseqüentemente à melhoria dos salários no setor privado, refluindo as lutas econômicas e melhorando diretamente a vida de todos os trabalhadores. Programas de cunho social, como o farmácia popular, por exemplo, contribuíram para a elevação dos salários de forma indireta.

Naquele momento intensificaram-se os discursos da burguesia, sobre a necessidade de se fazer reformas trabalhistas e previdenciária. Em que pese o fato dos governos Lula e Dilma terem realizado duas “reformas”, bastante lesivas ao funcionalismo, a primeira em 2003 e a segunda em 2013.

Ainda assim, a burguesia financeira não ficou satisfeita e em 2019, o governo liderado pelos genocidas, Jair Messias Bolsonaro e Paulo Guedes praticamente destruíram a previdência

pública no Brasil, beneficiando o setor privatista que aprofundou o rebaixamento salarial da classe trabalhadora, que passou a ver na previdência privada, uma possibilidade de no futuro algum poder se aposentar, mesmo que com míseros rendimentos.

Os discursos sobre a necessidade de modernização das relações trabalhistas só se aprofundaram, sobretudo após o golpe de 2016. Neste sentido, a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, era o grande alvo. Para esta destruição, os governos do golpista Michel Temer e do Genocida Jair Bolsonaro ampliaram a perseguição aos sindicatos, chegando inclusive a proibir o desconto da contribuição dos trabalhadores em folha de pagamento.

Com a desregulação das relações de trabalho e as mudanças na previdência pública, houve um grande aumento na concentração de renda e, conseqüentemente o aprofundamento da pobreza, pois os índices de emprego não melhoram.

Para piorar a situação da classe trabalhadora, tivemos entre os anos de 2020 e 2022, a pandemia de Síndrome respiratória aguda grave – SARS, denominada COVID 19, que foi tratada pelo governo do genocida, como uma gripezinha, mas, que matou alguns milhões de pessoas no mundo, sendo mais de 700 mil só no Brasil. A COVID 19, levou à necessidade de evitar a acumulação de pessoas em ambientes fechados e até mesmo em alguns ambientes abertos fazendo com que os trabalhadores que já estavam se organizando para lutar contra a destruição das leis trabalhistas e previdenciárias não puderam mais sair às ruas para protestar, o que beneficiou a burguesia para que “passasse a boiada”, como chegou a afirmar um certo ministro do governo genocida.

A pandemia levou a um período de imobilidade da classe trabalhadora em geral e, os sindicatos acusaram os golpes vindos da burguesia nacional e internacional.

Passado o período mais grave da pandemia, chegou a hora de retomar a luta pela reconquista dos direitos que foram usurpados e novos direitos a serem inseridos na legislação trabalhista. Para tanto, há a necessidade de reconstrução do movimento sindical que deverá se dar de forma autônoma a partidos e governos, tornando-se os principais articuladores das lutas da classe trabalhadora.

Esta retomada deve se dar na luta, deve considerar também a formação da classe trabalhadora, compreendendo que a sociedade capitalista é dividida em classes e que a luta de classes precisa ser explicitada para que possamos pleitear as mudanças necessárias.

Lutas necessárias.

Neste momento é essencial a retomada das lutas em defesa dos direitos trabalhistas, luta por melhores salários e por emprego, além do combate à desigualdade salarial, não apenas entre homens e mulheres, mas que negros e brancos possam ter salários iguais. Lutar por redução da jornada de trabalho e pelos direitos das mulheres no trabalho.

Lutar por acesso à saúde pública de boa qualidade, bem como o acesso à educação escolar pública, com uma escola voltada para os interesses da classe trabalhadora, portanto, que ensine o que de melhor a sociedade produziu.

É preciso que os sindicatos se comprometam pela luta por uma sociedade em que os interesses dos trabalhadores estejam acima da propriedade privada dos meios de produção se faz necessária a luta por uma reforma agrária popular, conduzida pela classe trabalhadora.

Assim, o nosso papel deve ser o de lutar pela transformação da sociedade em geral, com a defesa da classe trabalhadora em particular, rumo a uma sociedade sem exploradores e sem explorados.

Neste sentido, sempre que o governo propuser alguma medida de defesa da classe trabalhadora merecerá nosso apoio, mas, devemos enfrentá-lo sempre que os interesses forem opostos aos desta classe. Não seremos adversários das medidas populares, nem aliados de medidas que prejudiquem os trabalhadores.

EIXO III: Reestruturação sindical e o futuro do PR-Federação

O FUTURO DO PROFES PASSA POR UMA REFORMA NO SEU ESTATUTO

Marcos de Oliveira Soares
Universidade Federal de São Carlos (Campus Sorocaba) / ADUFSCar Sindicato

Os sindicatos no Brasil e no mundo se caracterizam como instrumentos de organização e formação política da classe trabalhadora. Por se tratar de uma “frente ampla” de trabalhadores/as, pode agregar entre seus/as associados/as todas as “colorações” políticas não devendo, no entanto, ultrapassar a linha da luta de classes, ou seja, não devem permitir que sua autonomia e independência política dos patrões, governos e partidos políticos, sejam sequestrados por essas estruturas. Se isso acontece, o sindicato perde completamente a sua capacidade de organização da classe trabalhadora e passa a atuar como uma linha auxiliar dos interesses estranhos à classe. No Brasil, desde meados do século XX a organização sindical está associada às deliberações de Estado (a partir do governo de Getúlio Vargas), sobretudo por conta da aprovação da CLT (consolidação das leis trabalhistas) que trouxe um forte controle do Estado sobre o registro de sindicatos bem como sobre o seu funcionamento. Isso tudo justamente pelo receio da burguesia em que a livre organização sindical no país, principalmente pela influência do movimento anarquista e comunista, pudesse colocar em xeque o Estado burguês.

Essa tutela do Estado tem sido motivo de debate no interior do movimento sindical desde então e, contraditoriamente, com o avanço da reestruturação produtiva através do modelo de acumulação flexível a partir do final do século XX, e o avanço vertiginoso do modelo de *uberização* do trabalho onde os direitos trabalhistas foram muito flexibilizados, o movimento sindical passou a viver uma crise. Isso porque, de modo geral, o movimento entende que não deve defender a legislação varguista, de tutela do Estado sobre a sua organização, mas tem dificuldade em combater a flexibilização do trabalho que tem provocado uma fragmentação da classe trabalhadora, e dificultado a organização sindical. Grandes desafios, portanto.

Um mecanismo que contribuiu para a “docilização” de parte do movimento sindical no Brasil foi o *imposto sindical* e a chamada *contribuição sindical*, mecanismos estatais (também de herança varguista) de arrecadação de recursos financeiros, que condicionaram muitos sindicatos a sobreviverem a partir deles e, ao mesmo tempo, ficarem presos à ele e ao Estado que o produziu. Isso sem falar na proliferação de sindicatos de “cartório”, sem base social qualquer e que viveram muitos anos a partir desses recursos retirados das categorias profissionais, com o aval do Estado, sem organizarem nenhuma luta concreta.

O atual governo, através do Ministério do Trabalho e Emprego, está discutindo uma nova reforma sindical, dentre outras coisas está sendo discutido o retorno da contribuição sindical, também chamada de *taxa negociada* que na prática significa o desconto obrigatório de um dia de trabalho de todos/as trabalhadores/as, uma vez por ano, para que o sindicato atue na campanha salarial, por exemplo. Ou seja, o pagamento de um valor para que o sindicato faça aquilo para o qual existe.

Seguramente esse retorno de tutela do Estado naquilo que significa o financiamento dos sindicatos não os ajudará a se organizarem para enfrentar os desafios que a chamada “nova morfologia do trabalho” tem imposto a todos.

Defendemos que os sindicatos devem se manter a partir, sobretudo, do recolhimento da taxa associativa do/a seu/ua associado/a, além de campanhas financeiras que possa vir a realizar, com temáticas políticas, construindo assim além de um processo político de formação de seus quadros e associados/as, uma forma de manter as finanças em dia.

De maneira geral, os governos que se sucederam após o processo de redemocratização do Estado, modificaram ou tentaram fazê-lo, a estrutura sindical no país, em geral mudanças para pior. A Constituição de 1988, por exemplo, instituiu a *unicidade sindical*, critério que por si só

controla e direciona a forma de criação dos sindicatos, não permitindo que sejam construídos a partir da vontade dos/as trabalhadores/as, mas por critérios burocráticos e artificiais, como a unidade territorial.

Diante desse quadro de dificuldades e desafios, o movimento sindical deveria investir em processos internos de democratização e formação de seus quadros, de tal forma que sirvam de referência para a política a ser defendida e empregada junto às suas categorias. Os desafios colocados ao movimento sindical no Brasil de hoje, não se coadunam com o velho sindicalismo burocratizado e verticalizado, onde sobram decisões de cúpula e falta o diálogo com a base e a democracia interna.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego o Brasil conta hoje com 17.969 sindicatos, 641 federações, 53 confederações e 15 centrais sindicais. Além de gigantesca, essa estrutura é cheia de reentrâncias, contradições e formas variadas de organização o que, invariavelmente, tende a atrapalhar a organização das categorias de trabalhadores/as.

Nesse sentido o futuro do PROIFES e sua atuação, estão inseridos nesse contexto de mudanças no mundo do trabalho e na necessidade de um sindicalismo que responda às questões concretas da vida de professores e professoras das universidades, IFs e Escolas de Aplicação.

Para tal, uma das mudanças que vislumbramos ser necessária para que a federação possa responder assertivamente às lutas das quais tem participado e ainda virá a participar, é a mudança do seu estatuto, de tal forma que ele represente um tipo de organização sindical (no nível de uma federação) que lhe dê mais democracia e participação dos sindicatos e suas bases, que respeite a democracia sindical (também conhecida como democracia operária) e que tenha em sua diretoria, a expressão da correlação de forças políticas existentes em seu interior, construída sob a base da proporcionalidade direta e qualificada, a partir de sua eleição em congresso ou encontro nacional.

Fizemos um pequeno estudo com relação às federações registradas no MTE, excluímos as federações patronais e as que representam trabalhadores/as rurais e da iniciativa privada. Selecionamos 20 federações que representam servidores públicos, municipais, estaduais ou federais. Dessas, procuramos em seus sites o estatuto que as organiza. Das federações que disponibilizam o estatuto podemos verificar que a maioria absoluta adota o processo de eleição para a sua diretoria em um congresso ou encontro do mesmo tipo.

O atual estatuto do PROIFES é um entrave para que a federação possa se desenvolver como um instrumento de luta de professores e professoras, uma vez que constrói um argumento artificial de ampla participação, quando propõe que todos os sindicatos federados indiquem nomes à sua diretoria. Além de um procedimento artificial e voluntarista, esconde um problema maior, que é base para a construção de um sindicato forte e atuante, a sua proporcionalidade na base. Ou seja, um sindicato maior (com maior número de filiados/as) ter o mesmo peso de um sindicato menor, como preconiza o estatuto está longe de ser "horizontal e democrático", ao contrário, pode esconder problemas estruturais justamente por ser artificial.

No PROIFES temos sindicatos que têm receita anual de mais de 600 mil reais e outros que não chegam a 2 mil reais, indicando uma diferença enorme de sindicalizados/as. Imaginar que dar a ambos os sindicatos, apenas por serem federados, um ou mais nome em sua diretoria seja sinal de democracia, é desconsiderar a história do movimento operário brasileiro. Quando criticamos, por exemplo, o fato da eleição para o senado não ser proporcional, onde um estado com menos habitantes pode eleger o mesmo número de senadores/as que um estado com mais habitantes, é também disso que estamos falando. Estamos falando do critério de representatividade.

O peso político dos sindicatos tem a ver com o seu nível de organização na base, e o que muitas vezes presenciamos em reuniões de CD são os consensos construídos, nem sempre de forma dialógica e muitas vezes até de forma despolitizada. Os consensos são importantes sim, mas podem esconder relações de poder de sindicatos maiores sobre menores e não ser a expressão da democracia. Ao contrário, quando temos a proporcionalidade direta, um sindicato mesmo que pequeno, mas representado na direção da federação, pode manifestar todas as suas convergências e diferenças, sem que isso seja confundido com nada que não seja a expressão da opinião de seus militantes.

Outro exemplo de como o estatuto do PROIFES não responde aos problemas reais dos

seus sindicatos, foi o processo de entrada da atual gestão da ADUFSCar na sua diretoria. Isso porque os/as diretores/as da federação que respondiam pelo sindicato e perderam a eleição, se sentiram no direito de terminarem a gestão, ainda que não tivessem um mandato pois não foram eleitos/as. Ao mesmo tempo, a diretoria eleita procedeu da forma como o estatuto preconiza, indicando os nomes para a direção da federação, de sua escolha.

Por fim, entendemos que o estatuto do PROIFES precisa ser reformulado a partir de um olhar para dentro da federação e, a partir das questões concretas e reais que têm surgido em seu interior.

No encontro nacional de 2022 tivemos a expressão inequívoca de machismo por parte de um militante, cuja contribuição escrita para aquele encontro foi, também, bastante polêmica. Daquela situação que foi imediatamente reclamada em plenário por várias militantes, surgiu a proposta no CD de um curso sobre feminismos para os/as dirigentes do PROIFES.

O machismo ocorrido, a devida intervenção exigindo respeito de várias militantes, a proposta e realização de um curso sobre feminismos, consolidaram a necessidade do estatuto da entidade expressar a aplicação de uma política que dê resposta ao problema do machismo interno. Nesse sentido é imperativa a organização em secretarias e, dentre elas, a criação da secretaria de mulheres, secretaria de negros e negras e secretaria LGBTQIAP+. Além disso, a cota para a presença de mulheres em sua diretoria seria outra forma concreta de incorporar a luta pela igualdade de direitos e contra o machismo, tão presente no movimento sindical brasileiro.

O futuro do PROIFES, como uma federação que seja um instrumento de luta da classe trabalhadora brasileira, em particular entre professores e professoras no ensino superior e carreira EBTT, passa pela revisão do seu estatuto, dando-lhe as condições objetivas para que prevaleça a democracia interna, o diálogo, a qualificação de atuação dos seus sindicatos e a expressão política em sua diretoria, do que pensa a maioria dos seus sindicatos federados.

Propostas:

Reestruturação do estatuto do PROIFES incorporando dentre outras questões:

- a) Reafirmação de que o PROIFES contará apenas com a contribuição financeira dos seus sindicatos federados;
- b) Eleição direta para a sua diretoria em congresso ou encontro nacional, com chapas inscritas para o pleito;
- c) Proporcionalidade direta e qualificada como critério de aferição de processos eleitorais;
- d) Transformação das atuais diretorias em secretarias;
- e) Criação das seguintes secretarias: Secretaria de mulheres, Secretaria de Negros e Negras, Secretaria LGBTQIAP+;
- f) Incorporação de uma política de paridade de gênero em todas as instâncias consultivas e deliberativas do PROIFES;

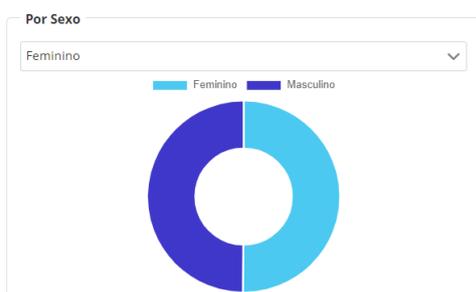
Eixo IV – “Carreira, salários, previdência, condições de trabalho e democracia interna das IFs”

CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS IFS, AS QUESTÕES DE GÊNERO E O PAPEL DO PROIFES: NEM UMA A MENOS!

Flavia Bezerra de Menezes Hirata Vale
Universidade Federal de São Carlos / ADUFSCar Sindicato

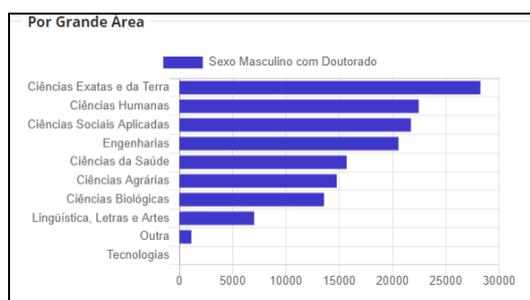
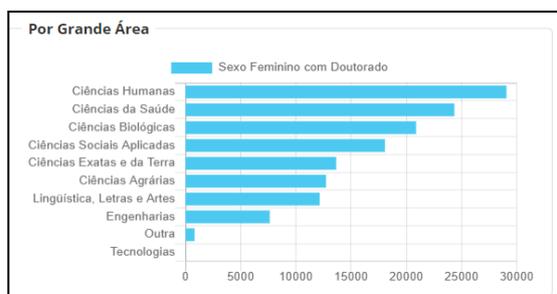
Não há como falar de um eixo sobre carreira, salários, previdência, condições de trabalho e democracia interna das IFs sem tratar da igualdade de gênero. Neste texto, apresento propostas de atuação dos sindicatos e do PROIFES – Federação, uma vez que as questões de gênero são um tema importante que afeta diretamente a vida profissional de milhares de pessoas nas IFs. O fato é que, mesmo com avanços significativos em relação à igualdade de gênero nos últimos anos, ainda existem desigualdades em relação às oportunidades de carreira e salários entre homens e mulheres. Ou seja, a (des)igualdade de gênero ainda é uma realidade nas IFs.

De acordo com o Censo da Educação do INEP de 2022, o Ensino Básico brasileiro é realizado por mulheres, na sua maioria. Do corpo docente, composto por 2.315.616 profissionais, 1.834.295 (79,2%) são professoras. No entanto, quando se olha para a docência na Educação Superior, os homens estão na frente. Eles são 167.384 (52,98%) do total de 315.928 professores nesse nível de ensino. Em um olhar mais específico para as áreas de conhecimento cadastradas na Plataforma Lattes, em termos de titulação e representatividade, os números são os seguintes:



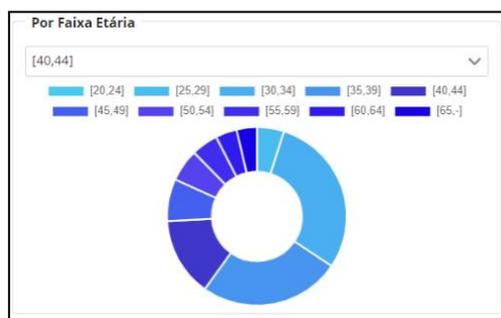
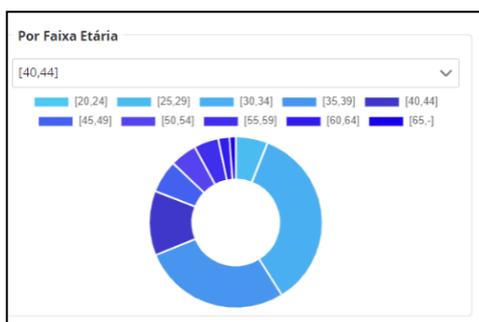
<https://painel-lattes.cnpq.br/#/pages/sexo>

A diferença entre o número de pesquisadores com doutorado que se declaram do sexo feminino e do sexo masculino (com todas as ressalvas que se possa fazer em relação a essa classificação!) é mínima São em torno de 224 mil homens e 225 mil mulheres. No entanto, na granularidade dos dados, a situação é outra:



Existe praticamente uma distribuição complementar “ao contrário” entre as áreas em que mulheres e homens prevalecem.

No que diz respeito à posição na carreira, pela faixa etária, encontra-se a mesma situação de desigualdade:



No topo da carreira, os pesquisadores homens têm mais representatividade, ao passo que no início da carreira, são as mulheres que ocupam essa posição.

Assim, é inegável que, embora as instituições federais de ensino venham adotado políticas de igualdade de gênero, ainda há muitas desigualdades que afetam as carreiras das mulheres. Além da falta de representação feminina nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), os desafios são também constantes em outras áreas acadêmicas, como humanidades e ciências sociais, em que as mulheres representam a maioria dos estudantes de graduação. Em comum nessas diferentes áreas de atuação é o fato de que a sub-representação das mulheres em cargos de liderança e pesquisa se mantém. Além disso, a participação feminina em conselhos universitários e em comitês de seleção de professores e pesquisadores também é baixa. É o que mostra Isabelle Oglouyan de Campos, em seu trabalho a respeito das desigualdades de gênero no corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Segundo a autora,

estudos realizados em universidades públicas brasileiras revelam que as mulheres docentes (i) têm mais dificuldade de ingressar em certas áreas disciplinares do que seus colegas homens; (ii) possuem chances de chegar aos cargos mais altos da carreira que estão relacionadas às unidades de ensino as quais se vinculam; e (iii) levam mais tempo para chegar aos cargos mais altos do que seus colegas homens. Ainda em relação aos cargos de gestão, indicam que as mulheres têm mais chances de ser coordenadoras de graduação, mas estão excluídas da coordenação da pós-graduação, das diretorias das faculdades e institutos, da reitoria e do conselho universitário (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015) (CAMPOS, 2021)

Imprescindível também apontar o fato de que as mulheres sempre enfrentam mais desafios para equilibrar as demandas de carreira e família. As instituições federais de ensino têm políticas de licença maternidade e paternidade, mas muitas mulheres ainda enfrentam discriminação e preconceito por causa de suas responsabilidades familiares. É o que se encontra materializado nos estudos desenvolvidos no âmbito dos projetos do grupo *Parents in Science*, para quem

[...] é crucial destacar o desafio adicional enfrentado pelas cientistas mães na carreira acadêmica. Elas desempenham um papel múltiplo, equilibrando as demandas da pesquisa com a criação de filhos e da casa. O trabalho incansável que desempenham dentro e fora de casa é muitas vezes invisibilizado, tornando sua situação ainda mais desafiadora. Essa jornada múltipla é injusta e exaustiva, e é hora de mudarmos essa realidade. Se as mães parassem de executar o trabalho de cuidado, a sociedade colapsaria. (Movimento *Parents in Science*, 2023)

Para abordar essas questões, as instituições federais de ensino precisam continuar a implementar políticas e programas que promovam a igualdade de gênero e a diversidade em suas carreiras. Isso inclui políticas de contratação que promovam a diversidade, programas de mentoria e liderança que apoiem mulheres em suas carreiras e políticas de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. A igualdade de gênero é essencial para promover uma sociedade justa e equitativa. As instituições federais de ensino têm a responsabilidade de liderar a mudança em relação à equidade de gênero em suas carreiras.

A presença de mulheres em posições de poder e decisão é essencial para garantir uma tomada de decisão democrática e representativa. As mulheres trazem perspectivas únicas para o

processo de tomada de decisão, uma vez que podem oferecer uma visão diferenciada e complementar aos homens, que historicamente ocuparam essas posições. Dessa forma, a inclusão das mulheres nas decisões acadêmicas é fundamental para garantir uma representação justa e igualitária de todos os membros da comunidade acadêmica.

Além disso, as mulheres têm um papel fundamental na promoção da inclusão e da diversidade nas instituições de ensino federal. A diversidade é um valor fundamental para qualquer instituição democrática, e as mulheres podem contribuir significativamente para a promoção de um ambiente inclusivo e diversificado. Por fim, é importante destacar que a democracia nas instituições de ensino federal é um processo contínuo, que requer o comprometimento e a participação ativa de toda a comunidade acadêmica. As mulheres têm um papel fundamental nesse processo, e devem ser encorajadas a participar ativamente das decisões e processos acadêmicos. Somente assim será possível construir uma comunidade acadêmica verdadeiramente democrática, inclusiva e representativa.

Nesse contexto, os sindicatos e o PROIFES têm um papel fundamental na luta pela igualdade de gênero no ambiente de trabalho, uma vez que ao defender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, devem garantir que as políticas e práticas das instituições federais de ensino estejam em consonância com as leis e diretrizes relacionadas à igualdade de gênero. Os sindicatos podem atuar nesse sentido, exigindo que as instituições federais de ensino promovam ações para incentivar a participação feminina em cargos de liderança e equilibrar a representatividade de gênero em todos os níveis hierárquicos. Também é importante que sejam criados programas de capacitação e desenvolvimento para mulheres, visando a prepará-las para as oportunidades de ascensão profissional. Por fim, mas não menos importante, é fundamental que os sindicatos atuem no combate ao assédio e à violência de gênero. Infelizmente, ainda há muitos casos de assédio moral e sexual nas instituições federais de ensino, o que causa danos físicos e psicológicos às vítimas. Os sindicatos devem exigir que as instituições criem políticas e procedimentos rigorosos para prevenir e punir casos de assédio e violência de gênero.

A partir do exposto, propõe-se que o PROIFES e os sindicatos filiados à Federação:

1. Desenvolvam ações que promovam o mapeamento das condições de trabalho e carreira das mulheres nas Instituições Federais de Ensino, na medida em que apenas com a dimensão exata desse quadro é possível propor e implementar qualquer medida de impacto verdadeiro para as mulheres.
2. Lutem pela criação de políticas que garantam a equidade de gênero em todas as esferas da vida profissional, inclusive nos próprios sindicatos.
3. Exijam que as instituições criem procedimentos rigorosos para prevenir e punir casos de assédio e violência de gênero.

Referências:

Campos, Isabelle Oglouyan de. Mulheres na academia: desigualdades de gênero no corpo docente da Faculdade de Direito da USP. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2021. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376046>>. Acesso em 13 de maio de 2023.

Parents in science. MANIFESTO. Valorizando a Carreira Acadêmica e Científica. Disponível em https://www.parentinscience.com/files/ugd/0b341b_2c90dc8255834f6db3eea2c7f7194e08.pdf. Acesso em 13 de maio de 2023.